

## “RURAL” COMO CATEGORIA DE PENSAMENTO

MARIA JOSÉ CARNEIRO

**RESUMO** *As mudanças em curso nas dinâmicas sociais, econômicas e culturais do meio rural exigem uma reflexão sobre as categorias em uso por considerá-las insuficientes contemplar a diversidade e a complexidade atuais. Após realizar uma revisão das principais linhas desse debate, com base em Marc Mormont e Jean Rémy, sobre “categoria operatória”, e Bourdieu, sobre “categoria social realizada”, argumento que “rural” é uma categoria de pensamento que classifica e organiza o mundo social orientando suas ações. Sugere-se o uso do termo “localidade” para universos empiricamente referenciados, já que essa noção não define a natureza rural ou urbana de um grupo ou de suas práticas.*

**PALAVRAS - CHAVE** *Ruralidade; novo rural; categorias de pensamento; sociologia rural.*

**ABSTRACT** *Current changes in the social, economic and cultural dynamics of the rural world demand a reflection about the categories currently used to analyze it. My argument is that the diversity and complexity of the contemporary rural world cannot be understood with current categories. After a review of the main lines of this debate – based on Marc Mormont and Jean Rémy (about “operative category”) and on Bourdieu (about “realized social category”) –, I argue that the “rural” is a category of understanding which classifies and organizes the social world, guiding its actions. The use of the term “locality” is suggested to empirically referenced settings, since this notion does not define the nature, urban or rural, of a group or its practices.*

**KEYWORDS** *Rurality; new rural; category of understanding; rural sociology.*

## INTRODUÇÃO

**1** Destaca-se a dualidade fundadora da sociologia rural expressa nas diferenças entre o rural e o urbano, que, por sua vez, se sustentam em um conjunto de oposições, entre elas a distinção entre atividades agrícolas e industriais (MARTINS, 1981).

Pesquisas recentes têm apontado para mudanças no meio rural em uma direção não prevista pelas premissas da sociologia rural.<sup>1</sup> Com isso está sendo colocado em questão o mito fundador da sociologia rural que institui a oposição entre campo e cidade como realidades espaciais e sociais descontínuas, mas em relação de subordinação do primeiro à segunda. Destaca-se na formulação desse mito o pressuposto de que as diferenças entre o rural e o urbano tenderiam a desaparecer como resultado do processo de urbanização tido como natural e inevitável. Nesses termos, o desenvolvimento do campo se daria nos moldes da cidade, resultando na expansão e generalização do urbano, o que levaria ao fim o próprio objeto da sociologia rural e a dualidade sobre a qual essa disciplina se constituiu (cf. MARTINS, 1981). Do questionamento dessas premissas desenvolve-se o debate sobre a definição da ruralidade na atualidade.

Permeando esse debate, está a idéia de que a cada parte dessa dualidade correspondem características próprias verificáveis empiricamente. A busca da essência do rural e do urbano envolveu um amplo debate ao longo do século XX, mobilizando um grande número de autores que se espalharam por uma gama variada de posições e de argumentos. Entre estes, destaca-se a associação, quase que consensual, entre o rural e o agrícola que acabou por reduzir a sociologia rural à sociologia da atividade agrícola ou, mais especificamente, à sociologia do desenvolvimento da agricultura, já que muito dos estudiosos desse campo se voltaram para a análise do rural a partir da perspectiva de sua modernização. Partindo da definição do rural pela ótica da escassez, da falta e do atraso, constituiu-se uma sociologia baseada muito mais na imagem criada pelos sociólogos sobre como o rural (e seus habitantes) deveria ser, do que na análise do modo de ser e de fazer das populações tidas como rurais (MARTINS, 2000). A essa característica comum à maioria das abordagens sobre o rural – a centralidade da agricultura na organização de sua vida

social – encontram-se associadas outras características, tais como a relação específica com a natureza e a fraca densidade demográfica responsável, para alguns, pelas relações sociais sustentadas no interconhecimento (MENDRAS, 1976).

Neste texto estaremos discutindo algumas das implicações teóricas desse debate para, então, propor uma alternativa de apreensão e uso da categoria “rural”

## A DINÂMICA DO MUNDO RURAL NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

Evitando repetir muito do que já tem sido dito sobre os argumentos que sustentam as diferentes posturas teóricas que alimentam tal debate, gostaríamos de destacar três principais correntes de pensamento.

Uma delas parte da premissa de que o fim do principal ator social no meio rural, o camponês, seria expressão de um processo mais amplo entendido como o fim do próprio mundo rural (MENDRAS, 1976). A diminuição da população agrícola como consequência da implementação hegemônica do modelo produtivista<sup>2</sup> estaria diretamente relacionada ao processo de urbanização das localidades rurais, entendido aqui como a generalização do padrão de vida urbano, o que atestaria o fim da especificidade que até então distinguiu o rural do urbano. A urbanização seria, nesses termos, uma decorrência natural e inevitável da modernização da sociedade (SOROKIN; ZIMMERMAN; GALPIN, 1981).

No entanto, as dinâmicas atuais das sociedades rurais têm introduzido novos ingredientes ao debate, dando margem à formulação de outras correntes interpretativas. Entre esses ingredientes, destaca-se a observação de que a dinâmica do mundo rural não caberia mais na afirmação da tendência ao seu esvaziamento social, econômico e cultural. Ao contrário, um sopro de vida é sentido, o que permitiu falar, para o caso francês, em “renascimento rural” (KAYSER, 1990). Renascimento este que

<sup>2</sup> Na França, os agricultores representam apenas 5% da população ativa no final do século XX. No Brasil, observa-se uma tendência à diminuição da PEA, mas que não nos permite concluir sobre o fim do mundo rural. A questão a ser colocada é sobre as características que esse rural está assumindo na atualidade.

não se identifica, conforme fora previsto pela primeira vertente de análise, à modernização do “rural” nos padrões da cidade, mas à constituição de novas formas de sociabilidade e de relações sociais sustentadas numa complexa rede de atores sociais que não pode mais ser compreendida pura e simplesmente como um processo de urbanização que se encaminharia na direção da homogeneização espacial e social entre o campo e a cidade.

É nessa direção que podemos reconhecer a segunda corrente de pensamento sustentada na defesa da permanência das diferenças espaciais e sociais contextualizadas por processos históricos de reelaboração contínua da dualidade campo–cidade engendrando novas ruralidades (WANDERLEY, 2000). A partir da análise de dados censitários sobre a França, Kayser identifica uma mudança do ritmo do êxodo rural que estaria dando lugar a um movimento, ainda de difícil quantificação, de retorno da população urbana ao campo (KAYSER, 1990, 1996). Constata a revitalização social e econômica recente de áreas ou localidades rurais que deixaram de ter sua dinâmica centrada na atividade agrícola, mas que nem por isso passaram a se confundir com as realidades urbanas. Tal fenômeno, denominado de “renascimento rural” (KAYSER, 1990), nega tanto o fim do mundo rural como o da dualidade, ambos previstos pelo modelo da modernização homogeneizadora, mas permanece a idéia de que estaríamos observando uma aproximação entre os padrões de vida da população rural e urbana.<sup>3</sup> No entanto, essa aproximação se daria de diferentes modos e se expressaria em “um mosaico de formas e de cores em que se impõem as culturas” (KAYSER, 2000). Desse mosaico destaca-se, ainda em lugar privilegiado, a figura do agricultor – responsável por manter “o campo tradicional”, reconhecido na paisagem trabalhada pelas mãos do homem e tão valorizada pela população urbana: “Os agricultores familiares que aumentam suas áreas produtivas se beneficiando do encerramento das atividades de outros estabelecimentos permanecem artesãos, “pequenos”, com seus 100 hectares e 50 vacas, em face dos empresários de cereais e pecuária industriais. Mas é deles que depende a manutenção do campo tradicional” (KAYSER, 2000, p. 102).

<sup>3</sup> Kayser, ao insistir na integração do rural aos padrões de vida urbanos na França, chama também a atenção para a heterogeneidade que cobre esse processo. Essa heterogeneidade se aplica tanto à população nativa, que guarda ainda uma porcentagem razoável de habitantes nas zonas consideradas como o “rural isolado” ou o “rural profundo” (37% de todos os rurais e 37% da área do território nacional, em 1999), quanto à população dos neo-rurais ou dos “recém-chegados” (KAYSER, 2000).

Cabe acrescentar que a idéia de natureza como objeto de contemplação, na Europa muito mais do que no Brasil, passa por sua domesticação e estetização através do trabalho agrícola. A persistência do mundo rural, definido como modo de vida ou como formas específicas de ocupação do espaço, em que a noção de natureza tem uma forte presença, não estaria sendo questionada. Ao contrário, ambas vertentes orientaram boa parte de suas preocupações para a qualificação do rural – seja como uma categoria historicamente datada, seja como uma realidade em constante transformação – como um dos pólos da dualidade explicativa das diferenças espaciais e sociais das sociedades modernas. Nesses termos, a dualidade como forma de apreensão da realidade também não está sendo colocada em questão. Além disso, cabe destacar que, apesar das constatações sobre os novos rumos das mudanças que vêm ocorrendo no mundo rural, a atividade agrícola ainda é tomada como referência para qualificar “o espaço rural”, seja para afirmar o seu fim (MENDRAS, 1976), seja para definir os seus novos parâmetros dentro da sua especificidade. A figura do agricultor permanece emblemática na representação do campo no imaginário dos pesquisadores, e também no dos habitantes da cidade e dos neo-rurais. Como lembra Jollivet para o caso francês, “a preocupação em distinguir populações urbanas e populações rurais não é uma simples invenção ou comodidade administrativa; ela remete a representações coletivas que estão na base da dinâmica da sociedade francesa”. Alimentando essas representações estaria a idéia, ainda presente, da França como um grande país agrícola (JOLLIVET, 2001, p. 110).

Uma terceira corrente sustenta o fim da dicotomia rural–urbano para qualificar realidades sociais distintas nas sociedades contemporâneas. Com base principalmente em estudos da sociedade italiana, em que nunca teria ocorrido uma clara identificação entre agricultura e dispersão populacional, nega-se o sentido dessa distinção e propõe-se uma abordagem com base espacial economia local ou regional –, mas em que permitiria perceber a heterogeneidade sociocultural na continuidade territorial.

A ênfase aqui recai sobre a negação de sentido não só à dualidade rural–urbano, mas também à sua similar, ou seja, agricultura *versus* indústria (SARRACENO, 1994). Elena Sarraceno sustenta seu argumento, principalmente, em dois fatores. Primeiramente, chama a atenção para a recuperação do dinamismo de algumas áreas rurais e o declínio de certas áreas urbanas tanto em países de desenvolvimento mais antigo, como a França, por exemplo, quanto nos que passaram por esse processo mais recentemente, como é o caso da Itália. A dinamização econômica nos centros menores e em zonas rurais, na Itália durante os anos 80 – a chamada Terceira Itália –, e o processo conhecido como industrialização difusa que levou atividades industriais para pequenos distritos rurais no contexto do processo de internacionalização da economia teriam mudado os termos da troca entre zonas rurais e urbanas. Em algumas regiões da França são zonas rurais não necessariamente contíguas às urbanas que estão crescendo; além disso, observa-se a inversão ou a desaceleração do processo de migração campo–cidade em algumas regiões.

A autora critica também os critérios de mensuração e definição dos territórios que se baseiam, normalmente, no fenômeno urbano, enquanto ao rural cabe a posição residual definida a partir do critério demográfico: à concentração de recursos nas áreas urbanas se seguiria o esvaziamento demográfico e econômico das zonas rurais. No entanto, esse modelo clássico de industrialização e de urbanização não seria mais válido para a realidade atual, o que esvazia de sentido explicativo o binômio urbano–rural. O segundo fator enfatizado pela autora se refere ao uso recorrente à existência da atividade agrícola como definidora dos espaços rurais. Com o processo de modernização da agricultura e da sociedade, ocorre uma diminuição dos postos de trabalho na agricultura e uma ampliação das atividades não-agrícolas em territórios rurais. No entanto, permanece a ideologia, que se expressa também em um tipo de política, que continua a identificar as zonas rurais às atividades agrícolas, como uma imagem consensual que se impõe a todo e qualquer tipo de realidade. A perda da capacidade de

enxergar e captar a heterogeneidade do mundo social constitui outro problema para os que insistem em operar com as categorias rural e urbano para distinguir territórios, regiões, distritos etc.

Em síntese, por considerar ruralidade uma categoria analítica que pressupõe uma homogeneidade dos territórios que os distingue dos urbanos, por considerar também que os critérios de definição tanto dos limites como dos indicadores da ruralidade não são claramente definidos e reconhecendo a heterogeneidade crescente dos espaços rurais, Sarraceno argumenta a favor de uma abordagem sustentada na noção de economia “locais” ou “regionais”, para descrever e interpretar os processos reais de diferenciação espacial.

Preocupado também com a diversidade dos espaços rurais, Terry Marsden aponta para a necessidade de novas chaves conceituais que permitam ir além do simples reconhecimento dessa heterogeneidade e responder como esse processo emerge, para quem e por quem, privilegiando assim uma abordagem centrada na diversidade dos atores e classes sociais. Centrando sua análise no que denomina de fase do pós-produtivismo, na qual objetivos diversos, para além da produção agrícola, tais como a proteção ambiental, os interesses dos consumidores e as demandas de uma classe média não-agrícola, se combinam em determinados espaços rurais fomentando políticas e dinâmicas ancoradas muito mais em base local ou regional do que em âmbito nacional. Esse processo, de caráter intersetorial, implica também a transgressão de fronteiras de atividades econômicas as mais diversas, impondo um desafio conceitual no que se refere à reintegração dos múltiplos usos da propriedade, à reconstituição da localidade e da paisagem e aos direitos das pessoas no meio rural (1995, p. 295). A diversidade de atores e de interesses vai chamar a atenção do autor para a necessidade de se pensar a agricultura e o espaço rural através de uma matriz de relações de poder entre os diferentes atores e agências que trafegam do local ao nacional se influenciando mutuamente.

Dessa rápida síntese, deduzimos que tal diversidade de posições é expressão de certo mal-estar dos pesquisadores ao se depararem com uma realidade que não cabe mais (ou jamais coube) no arcabouço teórico-conceitual sustentado na dualidade rural-urbano.

Questões de conteúdo metodológico se impõem nesse novo contexto: Até que ponto é possível continuarmos operando com os mesmos instrumentos analíticos elaborados em outros contextos históricos, econômicos e sociais? Qual o sentido que devemos atribuir ao rural (e, por que não, ao urbano) na contemporaneidade? Ou, em outros termos, até que ponto categorias genéricas como “rural” e “urbano” são ainda pertinentes para qualificar espaços e universos sociais nas sociedades contemporâneas? Indagações desse tipo têm levado a uma série de tentativas de respostas que, *grosso modo*, encaminham dois outros conjuntos de questões: É o rural como categoria analítica que está em jogo e com ela estaria sendo também questionada a dualidade que a sustenta? Ou será que a emergência de novas ruralidades estaria apontando para novas dinâmicas nos espaços compreendidos nessa dualidade, sem, no entanto, ameaçar o seu conteúdo heurístico? Em outros termos, trata-se de elaborar abordagens alternativas que consigam dar conta desses novos cenários ou trata-se apenas de redefinir as características desse “novo rural” e, assim, restituir o seu conteúdo classificatório ou analítico? Ao se falar em “nova ruralidade”, o que está em jogo? É a constatação de novas dinâmicas sociais, culturais e econômicas em curso no mundo rural? Ou seria a expressão de um novo olhar informado por outras lentes que permitiram enxergar – sobre uma variedade de espaços socialmente habitados – uma realidade dinâmica, mutável e com plasticidade que até então era definidora da urbanidade? Em outras palavras, até que ponto o esgotamento do modelo modernizador nos possibilitou um olhar crítico no sentido de nos liberarmos da imagem hegemônica do rural como espaço da tradição e impermeável a mudanças e, assim, passamos a reconhecer, também no chamado mundo rural, uma diversidade de dinâmicas e de atores sociais.

## O “NOVO RURAL” E O “RENASCIMENTO RURAL”

A reversão do ritmo do êxodo rural-urbano, que, em alguns países europeus, como na França (KAYSER, 1990), tem resultado em um saldo demográfico positivo em certas aldeias na última década, tem sido acompanhada, como destaca um relatório recente da OCDE (1996), por uma queda considerável da mão-de-obra ocupada na agricultura no decorrer dos últimos 20 anos e por um registro de taxas positivas de crescimento do emprego não-agrícola no meio rural.

No Brasil, ainda que mais de dois terços da população estejam contabilizados como “urbana” (IBGE, 2000), a maioria dos habitantes dos pequenos municípios está nas áreas rurais. Segundo os dados da PNAD,<sup>4</sup> a população rural brasileira vem aumentando a partir da segunda metade da década de 90, recuperando uma taxa de crescimento anual (1,1% ao ano) muito próxima do crescimento da população total no mesmo período (1,3% ao ano), apesar das diferenças entre regiões do país. Em São Paulo observa-se uma maior revitalização do mundo rural, ao passo que na região Sul o movimento de esvaziamento do campo ainda é predominante. Mas o interessante é que esse movimento de retração do êxodo rural é acompanhado pelo declínio da população ocupada na agricultura e pelo crescimento expressivo das ocupações não-agrícolas, que, segundo os dados da PNAD, passam a crescer a uma taxa anual de 6,1%, no período 1996-1999.

No entanto, há posições críticas quanto os critérios de classificação que orientaram esse levantamento. Referenciado em estudos historiográficos sobre o crescimento das cidades na Europa dos séculos XIII e XIV, quando as fronteiras culturais entre campo e cidade já eram questionadas, Veiga pergunta sobre o sentido de se manter essa dicotomia nas estatísticas demográficas em pleno século XXI (2004). Seu esforço em mostrar como alguns países ou organizações, como a OCDE, tentam lidar com as limitações inerentes a essas classificações resulta na demonstração do fracasso de uma solução plenamente satisfatória. No Brasil, essa

<sup>4</sup> PNAD é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

tarefa não é menos complicada, inclusive se levarmos em conta a dimensão do país. Mas o autor argumenta a favor de uma reclassificação da população e dos municípios brasileiros, alternativa à que vigora oficialmente e que resultou, segundo o último censo demográfico, no índice de 81% de população urbana em 2000. Os critérios de corte possíveis são variados e complexos, não chegando a uma solução que agrade a todos independentemente do uso que se pretende fazer dela. Segundo Veiga, os indicadores sustentados na pressão antrópica (medida por índices demográficos) sobre o território seriam os mais adequados, o que permitiria, ao menos, distinguir as “áreas de natureza” (sic) praticamente inalteradas daquelas sujeitas a um maior grau de “artificialização dos ecossistemas” (sic), como os grandes centros urbanos.

Sem questionar a operacionalidade desse critério de classificação para distinguir pólos extremos de urbanidade e de não-urbanidade, é importante ressaltar que ele nos coloca diante de outra dualidade igualmente generalizante – a da natureza *versus* cultura –, subjacente à oposição entre urbanidade (identificada ao maior índice de artificialidade) e seu oposto, no caso, a natureza. Seria o rural, então, equivalente ao “natural” ou à ausência de civilização? De maneira nenhuma podemos concordar com esse tipo de inferência, mas sem dúvida esse é o risco, se definirmos o rural com base em um critério de ausência de pressão antrópica ou, em outras palavras, como um espaço menos afetado pela artificialização dos ecossistemas (ou seja, pela cultura), em uma escala que iria do “mais natural ao mais artificializado”. Além das implicações que essa abordagem apresenta no que se refere à compreensão de “natureza” e de “natural”, sobre as quais não iremos discorrer aqui, podemos dizer que tal argumento nos leva para uma nova versão da idéia de *continuum*, antigo recurso da sociologia rural para dar conta da construção de um objeto construído sobre uma ambigüidade que é inerente à própria disciplina, como demonstra Martins (1981). Amplamente discutido pela bibliografia especializada, esse *continuum* nos levaria a falar de “mais rural”, quanto mais próximo do “natural”, e “mais urbano”,

quanto “mais artificializado” forem os ecossistemas em questão, mantendo como fundamento a oposição entre natureza e cultura, própria ao pensamento moderno ocidental. A dificuldade de classificar e de compreender permanece justamente no que se refere àquelas situações (municípios, distritos, localidades etc.) que se encontram entre os dois pólos do *continuum*, dificuldade comum a toda classificação sustentada em uma dualidade. O próprio professor José Eli da Veiga não foge dela, quando pergunta: “Qual seria, por exemplo, o limite de densidade demográfica a partir do qual um território deixaria de pertencer à categoria mais rural e passaria a alguma outra categoria?” (2004, p. 79). A solução encontrada pelo autor seria combinar dois critérios, a população do município e a densidade demográfica, o que levaria a um resultado bastante distinto dos anunciados pelo censo demográfico: “o Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios, nos quais residem 30% dos habitantes” e, continua, “[...] essa tipologia permite entender que só existem verdadeiras cidades nos 455 municípios do Brasil urbano. As sedes dos 4.485 municípios do Brasil rural são vilarejos e as sedes dos 567 municípios intermédios são vilas, das quais apenas uma parte se transformará em novas cidades” (2004, p. 80).

Não resta dúvida sobre a importância desse debate e sobre as dificuldades operacionais inerentes, quando o objetivo é traçar grandes conjuntos classificatórios, visando a uma instrumentalidade para o mapeamento da dinâmica populacional brasileira que oriente políticas e projetos intervencionistas. Nesse sentido, não se pode desconsiderar a valiosa contribuição de Veiga, entre outros autores, na tentativa de responder às dificuldades criadas pela classificação oficial. No entanto, ao descermos no nível dos estudos particularizados, cujo objetivo é entender os modos de vida e as dinâmicas locais, tais categorias abrangentes se tornam mais problemáticas e inoperantes, correndo o risco de tornar a realidade mais opaca ou excessivamente simplificada. Lidar com o desafio de apreender as particularidades sem perder de vista os processos mais amplos não é tarefa simples. Nazareth Wander-

ley, que mais tem contribuído para esse tema, lida com a ambigüidade resultante da combinação desses dois níveis de análise quando aceita o desafio de trabalhar com um universo – as pequenas cidades – que é formalmente definido como urbano, se acionarmos os critérios oficiais de classificação vigente, mas que guarda também algo que o distingue de uma verdadeira “experiência urbana”, como chama a atenção, muito apropriadamente, a autora (2002). Esses pequenos municípios estariam, portanto, na interseção de dois códigos de relações sociais. Se, de um lado, mantêm uma sociabilidade diferenciada – marcada pelas relações sociais de interconhecimento – e uma “particular vinculação com a natureza”, o que os aproximariam de uma realidade “rural”, por outro, exercem também as funções de mediação na “integração do mundo rural com sistema mais geral de cidades”, marcando de maneira específica um modo de vida e de inserção na sociedade nacional que não são os mesmos encontrados nas grandes cidades e nem nas pequenas localidades rurais.

A necessidade de se relativizar essa dualidade também é reforçada por dados de pesquisas baseadas na PNAD que permitiram mostrar uma queda do emprego rural agrícola e um aumento das atividades não-agrícolas (cf. DEL GROSSI et al., 2002). A esse movimento foi designada a expressão de “novo rural brasileiro” (GRAZIANO DA SILVA, 1996). No entanto, os dados estatísticos mostram que essa novidade está muito mais no aumento do número de trabalhadores que se dedicam às atividades de serviços domésticos de baixo nível de qualificação do que na ampliação de novos setores ocupacionais no meio rural (DEL GROSSI et al., 2002).

Tal como o “renascimento rural” francês, a imagem do “novo rural brasileiro” vai estimular uma série de estudos voltados para a qualificação dessa nova tendência que têm como uma das principais premissas a ruptura (ou relativização) da representação do mundo rural atrelada à atividade agrícola. Para Graziano da Silva, o crescimento das atividades não-agrícolas é uma decorrência da ampliação do mercado de trabalho urbano para as áreas rurais,

sobretudo as mais próximas das grandes cidades. Destacam-se também as famílias pluriativas que se caracterizam pela combinação da atividade agrícola a outras ocupações como estratégia familiar de melhoria das condições de vida ou mesmo como condição de permanência no campo (TEIXEIRA, 1998). Cabe ressaltar os “novos tipos de ocupações” estimulados pela exploração do turismo e pela transformação de espaços rurais em áreas de lazer. Encontram-se aí as principais alternativas de trabalho para os jovens filhos de agricultores (jardineiros, pedreiros, caseiros, empregadas domésticas, entre outras), constituindo-se uma das formas de pluriatividade no campo. Um dos fatores apontados como responsáveis por essa evasão da população rural do setor agrícola é a queda dos preços dos produtos agrícolas, afetando diretamente a renda das famílias produtoras, o que tem sido demonstrado não só pelos levantamentos estatísticos, como também, e principalmente, pelos depoimentos da população afetada. O desejo manifestado pelos agricultores familiares de verem seus filhos longe da atividade agrícola, sob a justificativa de que “não dá mais para viver da agricultura”, tem sido uma das evidências mais contundentes desse processo revelada por pesquisas qualitativas. Essas constatações empíricas vêm reforçar o questionamento da identificação do rural ao agrícola. No entanto, seria apressado identificar no Brasil a ocorrência do mesmo fenômeno que é reconhecido na Europa como “renascimento do rural”. Nessa direção encontra-se a crítica formulada por Veiga, que inicia rejeitando o uso dessa expressão até mesmo para a realidade europeia, sustentando que a dinâmica recente das populações das pequenas aldeias aponta muito mais para algo novo que difere da realidade rural anterior à globalização que de um renascimento do rural, já que o revigoramento das áreas tidas como rurais nos tempos atuais, vista pelo autor como “o mais completo triunfo da urbanidade”, seria um fenômeno novo que muito pouco teria a ver com o rural vivido por essas sociedades no passado (2006, p. 334). Veiga entende esse fenômeno das sociedades centrais como o “nascimento” de uma “nova ruralidade” e não de um “renasci-

mento”, como sugere Kayser. Além disso, indo na direção contrária à de “o novo rural brasileiro”, o autor nega que esse mesmo processo estaria em curso no Brasil ou na América do Sul, onde o grau de “artificialização do ecossistema”, um dos critérios que sustentam a mudança observada na Europa, seria excessivamente baixo (VEIGA, 2004). Não iremos aprofundar-nos nesse debate, aqui, mas gostaríamos apenas de apontar para a necessidade de se repensar a oposição entre o “artificial” (cultural ou social) e o “natural” em que se sustenta tal argumento, lembrando que ela não apenas revigora a abordagem dualista (e a conseqüente solução do *continuum*, como vimos acima) já bastante criticada no que se refere à oposição rural–urbano, como também se fundamenta em noções que são frutos de elaborações culturais dificilmente mensuráveis com base em critérios universalizantes, como o extenso debate sobre a problemática ambiental e a literatura antropológica já observaram, cada um a seu modo.

#### A RUPTURA DA IDENTIFICAÇÃO ENTRE O RURAL E O AGRÍCOLA: A RESSEMANTIZAÇÃO DO RURAL

Como já foi dito anteriormente, a sociologia rural, na sua constituição como disciplina específica, provocou a reificação de uma imagem dicotômica da sociedade sustentada na oposição entre cidade e campo como dois universos substantivamente distintos que comportam, não raro, avaliações antitéticas sobre as condições de vida em um e em outro.<sup>5</sup> Desse olhar resultam diversas orientações metodológicas que, apesar de apresentarem diferenças nas ênfases e nas avaliações sobre as características que definem um e outro espaço, não seria excessivo reconhecer, partem de uma mesma base comum que é a identificação do rural com a produção agrícola e do urbano com o trabalho industrial, comercial e de serviços. Internamente, ambos os espaços são vistos como realidades homogêneas, mas em contraposição (SOROKIN; ZIMMERMAN; GALPIN, 1981).

5 Destaco aqui a avaliação que é subjacente à oposição, elaborada por Tönnies, entre *Gemeinschaft* (representada pela pequena comunidade rural) e *Gesellschaft* (identificada com a cidade).

*Grosso modo*, podemos reconhecer, sobretudo na sociologia de tradição urbana industrial (a americana e a alemã), uma tendência à valorização do urbano que é considerado como espaço da civilização, do progresso e da modernidade, enquanto ao rural cabe o estigma do atraso, da tradição e do estático. A sociologia rural, aí, se constrói como uma disciplina instrumental e tecnocrática voltada para o desenvolvimento, a eficácia e a modernização da produção agrícola (GIORDANO, 1989). Outra vertente de análise, não menos valorativa, se apóia no outro pólo da dualidade – o rural. Desenvolvida, sobretudo, pelos antropólogos (com afinidades com o estudo das “sociedades camponesas” e “primitivas”), essa orientação metodológica sustenta a superioridade das condições de vida no meio rural tido como “protegido” dos males da cidade (violência, criminalidade, desvio). A cidade passa a ser representada como uma ameaça constante ao meio rural, submetida passivamente à força destruidora dos valores da sociedade de consumo e à ação homogeneizadora da cultura de massa. Esse mesmo autor observa a ausência de estudos, nas ciências sociais alemães, que percebam o rural e o urbano como práticas sociais e modelos culturais que se interpenetram, sugerindo como alternativa metodológica a percepção da ruralidade como fenômeno cultural. No lugar de se ater aos fatores ou às mudanças estruturais do mundo rural, Giordano sugere abandonar esse “objetivismo reducionista” e se voltar para o estudo dos sistemas de valores presentes na construção do imaginário social. Nesses termos, a pesquisa deve-se interrogar sobre os sentidos que os atores sociais atribuem a determinados comportamentos, passando a encarar o “rural” a partir de dentro, percebendo a ruralidade como um fenômeno cultural historicamente forjado.

No entanto, é importante ressaltar que a crise do padrão de desenvolvimento industrial fordista e o suprimento da demanda de alimentos em termos de mercado (o que não quer dizer que se tenha acabado com a fome) levaram a um questionamento acerca do lugar do agricultor e de suas práticas que vai surtir efeitos sobre a maneira de se perceber a ruralidade, ao menos oficialmen-

te. A crise da superprodução instala uma crise de identidade do agricultor que passa a ser visto também como um “jardineiro da natureza”, imagem que resulta da ruptura das correspondências entre agricultura/natureza e agricultura/alimentação (HERVIEU, 1996). Essa ruptura vai desencadear novas imagens sobre o mundo rural e agrícola que irão competir com legitimidade com as já instauradas. O debate se estende pelas décadas de 80 e 90, ocupando as mentes de cientistas sociais europeus, das mais variadas disciplinas. A bibliografia produzida é vasta, sobretudo na França, onde a existência de uma tradição cultural camponesa, emblemática da construção da identidade nacional, foi colocada sob ameaça pelo movimento de modernização da sociedade rural e da agricultura em particular. Quando a França se torna uma grande potência agrícola e agroalimentar, ela deixa de ser uma sociedade agrária, camponesa. É a questão ambiental que reorienta o olhar para o meio rural, estimulando novas formas de ocupação do espaço e engendrando uma nova imagem do rural identificada com a ruptura entre a terra produtora e a terra como paisagem e reserva patrimonial. Esse movimento, iniciado já nos anos 60 com a criação dos parques nacionais, é retomado como objeto de reflexão recentemente (HERVIEU e VIARD, 2001), quando a diminuição contínua do número de agricultores se soma ao desgaste ambiental, ambos promovidos pelo padrão produtivista da exploração agrícola. A crise da superprodução dos anos 80 vem engrossar a crítica desse modelo que dá sinais de esgotamento não apenas econômico, mas também social. A reivindicação por uma alimentação mais saudável se conjuga às campanhas ecológicas pela recuperação do meio ambiente e pela produção em pequena escala. Nesse contexto, são elaboradas novas imagens sobre o meio rural que passam a povoar o imaginário coletivo e os esquemas interpretativos dos pesquisadores. A noção de paisagem, até então uma criação da população urbana, é integrada à noção de território num movimento de resgate e valorização da cultura e da sociedade local num esforço de reorientação parcial da política de subsídio agrícola na direção de “inserir novamente os agricultores na paisagem para que elas permaneçam camponesas” (HERVIEU e VIARD, 2001, p. 73).

Uma vertente de análise desses processos da sociedade contemporânea vai chamar a atenção para a necessidade de se incorporar o não-material na esfera da produção. Essa abordagem parte do pressuposto de que a “esfera da produção capitalista contemporânea se ampliou, envolvendo hoje estas esferas não materiais da vida no campo de produção de valores, da geração de mais-valia e de exploração do trabalho” (MOREIRA, 1999, p. 242). A produção de signos (tanto os novos como as apropriações de expressões culturais não-hegemônicas, como os saberes e práticas “tradicionais”) passa a constituir um elemento importante dos processos econômicos e sociais contemporâneos. Observamos nesse contexto uma revalorização do rural não mais como espaço de produção de bens materiais, mas como uma rica fonte de bens simbólicos que passam a alimentar uma outra dinâmica econômica e social. A natureza, principal aglutinador de signos nesse meio, torna-se a base sobre a qual a nova noção de rural se constrói. Deixando de representar um meio de produção, a natureza passa a ser um objeto de contemplação que é valorizado justamente pelas suas características imateriais, objeto de avaliações múltiplas, de caráter subjetivo, mas que integra também uma visão da realidade que é ao mesmo tempo imaginária e operatória, no sentido dado por Rémy (1989), ou seja, serve para classificar e dar sentido ao mundo. Resulta desse processo a implantação de novas indústrias como a do turismo e a cultural. Como elementos explorados por essas novas indústrias, destacam-se a recuperação e manutenção do patrimônio rural identificado quer seja nos recursos naturais, quer seja nos bens arquitetônicos, e o resgate de expressões de saber e de festividades coletivas. O rural associado a essa ressignificação da natureza e da cultura passa a ser visto como lugar de outro tipo de trabalho, não mais restrito à produção de alimentos e de matérias-primas para as indústrias, mas como de produção de bens simbólicos que alimentam a indústria cultural e a comunicação entre universos culturais distintos, sejam de origem urbana ou de origem rural.

Paradoxalmente, como observa Mormont (1989), é justamente num momento em que estamos confrontados com a decomposição contínua dos fatores que foram indicados anteriormente para traçar a especificidade do mundo rural tradicional (isolamento, especificidade cultural, fraca mobilidade, autarquia relativa) que observamos um retorno ao interesse pelo rural, que se traduz também por uma reafirmação ou, melhor dizendo, por uma revalorização do chamado mundo rural. Jean Rémy entende esse interesse como uma decorrência da própria indistinção que se estabeleceu recentemente entre os habitantes da cidade e os do campo, sobretudo nos países desenvolvidos como a Bélgica, analisada pelo autor. É no momento em que as distâncias culturais e sociais entre o meio urbano e o meio rural se encontram mais diluídas, fruto da própria intensificação da mobilidade física e cultural dos indivíduos nas sociedades contemporâneas, que se abre espaço para a reivindicação pela diferença, o que se consubstancia na emergência de identidades sociais múltiplas a partir de novas relações de alteridade que se estabelecem nesse novo contexto. O rural quer seja considerado como um modo de vida e de utilização de determinados espaços (KAYSER, 1990; WANDERLEY, 2000), quer seja uma representação que guarda um conteúdo operatório como acredita Rémy, não se estaria diluindo junto com a aproximação simbólica e espacial da cidade. Nesses termos, as transformações da ruralidade nas sociedades contemporâneas se expressam não apenas em novas configurações socioespaciais (devido aos interesses dos novos atores sociais que aí se estabelecem e à expansão das atividades econômicas alternativas à agricultura), mas também nas novas identidades sociais que emergem de relações conflituosas resultantes da disputa por imagens e interesses distintos sobre esses espaços.

Ainda sustentada na polarização cidade–campo, a noção de *continuum* – quase tão antiga quanto a de rural nos esquemas de pensamento contemporâneo sobre esse tema (REDFIELD, 1984) – é resgatada na tentativa de enquadrar as situações empiricamente observadas que fogem às especificidades dos espaços

estritamente rurais e urbanos. Vista como uma gama de combinações de características que se distribui no espaço (e no tempo, para alguns), a noção de *continuum* expressa a transposição de uma dualidade espacial para uma dualidade conceitual. Na impossibilidade de dar conta da complexidade da realidade através do recurso a esquemas de pensamento sustentados na visão dual, a noção de *continuum* é apontada como uma solução, mas que acabaria por transpor para a realidade a ambigüidade presente no arcabouço conceitual da própria sociologia rural (MARTINS, 1981). Análises sustentadas em dicotomias desse tipo acabariam produzindo camisas-de-força incapazes de conter a complexidade da realidade. Resulta, então, que é a realidade que passa a ser ambígua, contendo características empíricas (ou indicadores) de um e de outro pólo da oposição. Trata-se, portanto, de uma antiga categoria reapropriada para resolver uma velha, e estruturante, dicotomia que ressurge no debate sobre a dinâmica da ruralidade nas sociedades contemporâneas.

Para alguns pesquisadores, a noção de *continuum* seria útil justamente por questionar a idéia dominante na sociologia rural de que o rural sucumbiria às pressões do universo urbano. Mesmo permanecendo na posição de subordinação e de complementaridade ao urbano (como, por exemplo, na ênfase aos serviços prestados aos cidadãos pelos agricultores e demais segmentos de zonas rurais na manutenção de áreas de lazer e de preservação ambiental), o mundo rural não representaria mais uma ruptura com o urbano, e as transformações que lhe são atribuídas na atualidade não provocariam, necessariamente, a sua descaracterização, mas a emergência de sociabilidades e de identidades tidas como rurais (CHAMBOREDON, 1980). É esse “renascimento do rural” que, para alguns, caracterizaria a dinâmica atual das trocas sociais e econômicas entre campo e cidade, o que acabaria por recolocar os termos dessa dualidade (KAYSER, 1990).

Retomando a primeira vertente de análise do rural, passaremos a desenvolver com mais detalhe o que entendemos por requalificar o olhar sobre as novas dinâmicas da ruralidade ou, se

quisermos colocar a questão de uma outra maneira, tentaremos levantar algumas hipóteses sobre o uso possível desse termo no quadro das pesquisas sociais sobre a ruralidade contemporânea.

### **UMA ALTERNATIVA METODOLÓGICA: O RURAL COMO “CATEGORIA REALIZADA”**

É importante esclarecer que aceitar os limites da capacidade heurística das categorias “rural” e “urbano” não significa abolir o seu uso ou reafirmar, apenas, que o rural não se restringe ao agrícola e nem que se trata de mera criação imaginária. Não é apropriado, muito menos, buscar uma essencialidade para essas categorias, de maneira a restituir-lhes função classificatória. Essas observações nos levam à necessidade de reconhecer o estatuto teórico dessas categorias.

Talvez a maior dificuldade em atribuímos um significado heurístico a essas categorias esteja na amplitude do seu uso: são termos que servem tanto aos pesquisadores e à academia, como definidores de objeto de estudo e de especialidades disciplinares, quanto às agências elaboradoras de estatísticas, que recortam a realidade a partir de uma apreensão de dados sustentada no princípio da dualidade, como também serve ao senso comum. Dessa ampla possibilidade de emprego, como ressalta Jean Rémy, resulta a confusão de significados e de estatuto de categorias que ora designam um tipo de espaço ou de localidade, tal como aparecem no discurso do senso comum, ora qualificam as relações sociais no interior desses espaços.

Nesses termos, seria mais prudente, em vez de tentarmos redefinir as fronteiras do rural e do urbano ou, mais simplesmente, de ignorarmos as diferenças culturais compreendidas nesses amplos rótulos, orientarmos nossos esforços para a busca dos significados das práticas sociais que tornam operacional esse tipo de interação (e distinção) a partir do olhar dos atores sociais.

Seria o caso, então, de percebermos essas categorias como representações sociais que podem ser manipuladas ou resgata-

das na mobilização de ações coletivas. Nesses termos, a questão principal seria a de identificar o lugar e o significado que essas categorias preenchem nas relações sociais em um espaço determinado. Paradoxalmente, como observa Mormont (1996) inspirado em Champagne (1977), são justamente aqueles indivíduos cujas histórias particulares mais se distanciam das localidades rurais (diríamos, os “neo-rurais”) os mais mobilizados em torno de um rural ideal reconhecido em práticas ou formas de vida tidas como “típicas” de uma tradição local. No entanto, essas práticas não são, como afirmam alguns, exclusivas das sociedades intensamente industrializadas e ricas do Primeiro Mundo. Basta um olhar um pouco mais atento à nossa volta, aos cadernos de viagem dos jornais de ampla circulação, assim como aos outros meios de divulgação, para reconhecermos que elas estão cada vez mais amplamente presentes em diversas regiões do Brasil, alimentando tanto a sociabilidade local, como o turismo e demais atividades econômicas por ele estimuladas. O resgate ou a invenção da tradição se mistura à revalorização da natureza como meio de lazer e de contemplação, mobilizando tanto os neo-rurais como os turistas de final de semana, processos que inauguram novos campos de disputa e de conflito com a população autóctone ao mesmo tempo em que lhe proporcionam alternativas de trabalho. Essas contradições geram sentimentos e atitudes ambíguas que delimitam novas fronteiras nos universos sociais, impedindo que a sua compreensão seja feita a partir da clivagem entre o rural e o urbano, entre o campo e a cidade. Estaríamos, portanto, presenciando uma crise do mito da dualidade entre campo e cidade, ao mesmo tempo em que um novo mito estaria sendo produzido: o mito da ruralidade idílica, fruto de um olhar urbano sobre o rural.

Em uma interpretação instigante e alternativa, De Paula sugere que a busca por um convívio mais íntimo com a natureza e com o campo pelo cidadão não seria motivada por uma “saúde da roça” ou “da natureza”. O que mobilizaria o habitante da cidade para o campo seria a nostalgia de elementos ausentes na imagem contemporânea da cidade, nostalgia de algo que a cidade

“um dia fora” ou deveria ter sido e que não é mais. A busca do campo e da natureza responderia, portanto, ao desejo de restituir uma “qualidade de urbanidade, civilidade; cortesia; afabilidade” conforme define o *Aurélio* (DE PAULA, 2005).<sup>6</sup>

6 A autora recorre ao *Dicionário Aurélio século XXI* para a noção de urbanidade.

Distinguir a categoria rural como elemento fundador desses mitos e como categoria analítica é um desafio para o pesquisador. Ficam evidentes, nesse debate, os limites da capacidade analítica dessas categorias, na medida em que a própria visão da realidade que lhe sustentava está sendo colocada em dúvida. Seria o caso de apreendermos as novas ruralidades a partir do recurso a outras noções de conteúdo analítico que permitam identificar o lugar que o espaço ocupa nas relações sociais, na formação dos atores sociais, na construção de suas identidades e ações coletivas (RÉMY, 1989). Assim sendo, podemos sugerir que a categoria rural estaria muito mais próxima daquilo que Bourdieu (1993) define como “categoria realizada” ou, dito de outra maneira, mas na mesma direção, do que Rémy e Mormont definem como “categoria operacional”, ou seja, “uma categoria de pensamento (político-ideológica e relacional) do mundo social” que define identidades e sustenta reivindicações. Caberia, portanto, partir para a análise das ruralidades contemporâneas com a atenção voltada para essa distinção básica, para não incorreremos no risco de confundir representações sociais com categorias analíticas.

Nesses termos, consideramos que a noção de rural corresponde a construções simbólicas pertencentes a diferentes universos culturais que lhes atribuem significados distintos. Através dessa classificação, é possível compreender a sociedade e construir uma representação do mundo social em torno do tempo e do espaço (MORMONT, 1996) e de agir sobre ela como uma “categoria operacional” (MORMONT, 1989) ou como uma “categoria realizada”. Caminhando na mesma direção, os dois autores chamam a atenção para a ambigüidade presente em categorias como essas que transitam do senso comum ao discurso sociológico. Bourdieu, ao tratar da pluralidade de significados da noção de família, e Mormont, por sua vez, ao tratar especificamente da

noção de rural, aceitam que essas categorias são definidas diferentemente por grupos e instituições, de maneira a criar uma realidade própria como suporte do imaginário que, afinal, atribui sentido a essas categorias e às ações que se desenvolvem a partir delas. O sentido operacional dessas categorias estaria justamente na sua utilização pelos atores sociais para classificar o mundo e a si próprios. Nos termos de Mormont: “seria vão procurar em uma realidade física, econômica ou ecológica os fundamentos de uma ruralidade; seria, também, vão procurar nessa realidade apenas um imaginário que faria do rural uma pura construção mental” (1996, p. 19). Concordando com esse autor e estabelecendo um diálogo com Bourdieu, podemos sugerir que, tal como a família para este último, o rural pode ser também considerado uma “categoria social realizada”, visto que funciona, no *habitus*, como esquema classificatório e princípio de construção do mundo social (categoria social subjetiva) e de ações, ao mesmo tempo em que é uma categoria social objetiva que fundamenta a categoria social subjetiva. Para Bourdieu, essa circularidade seria própria à reprodução da ordem social. “O acordo quase perfeito entre o que se estabelece entre as categorias subjetivas e as categorias objetivas funda uma experiência do mundo como evidente, *taken for granted*”, colocando-se, assim, “ao lado da natureza, do natural e do universal” (1993, p. 34).

É interessante registrar que ambas as categorias (família e rural) se encontram, no imaginário social, no limiar entre a natureza e a cultura. A família é comumente naturalizada, quando associada à reprodução biológica e entendida como a forma primária da organização social, além de servir de parâmetro para outras formas de organização encontradas na natureza. Rural, por sua vez, é uma categoria que tem sua definição associada ao predomínio da natureza sobre o homem, ou seja, sobre a cultura.

As propriedades estruturais do rural, como bem registra Mormont, são possibilidades simbólicas, mas também possibilidades práticas. Elas orientam as práticas sociais sobre um determinado espaço, diria, sobre uma localidade, de acordo com os

significados simbólicos que lhes são atribuídos. É nesse contexto que devem ser entendidas as novas dinâmicas da ruralidade associadas às atividades de lazer e, em particular, à ampliação e transformação do significado da terra. As noções de rural como espaço de preservação ambiental e de natureza como meio de contemplação passam a ser concorrentes com o valor da terra como meio de produção agrícola, o que tem conseqüências diretas sobre as relações entre os atores sociais e as disputas de interesses.

Tal como ocorre com a categoria família, a oposição entre rural e urbano e as definições que a sustentam orientam tanto as classificações (e o conhecimento) dos universos social e geofísico, como apóiam práticas sociais e ações políticas sobre esses universos. Esse sentido, ao mesmo tempo operacional (ou realizado) e analítico, seria comum às duas categorias.

No entanto, cabe também chamar a atenção para a mediação, sempre presente, de uma referência cultural: como os indivíduos definem essas categorias e as incorporam em seus universos sociais. No caso do rural, essa mediação cultural resulta em atitudes específicas dos indivíduos em relação a um território, seu patrimônio cultural e natural, e seus habitantes. As maneiras de se colocar num espaço reconhecido como “rural” variam também segundo a posição social dos indivíduos nesse sistema social cada vez mais heterogêneo. Como dissemos anteriormente, não se trata mais de reconhecer as diferenças entre os “de fora” e os “de dentro”. As combinações possíveis são muito mais diversas que isso, não só em termos da origem social dos atores sociais, mas também de suas posições em relação ao território: há aqueles que moram no lugar, mas trabalham fora, os que trabalham no lugar e moram fora (os técnicos responsáveis pelos projetos de desenvolvimento rural, por exemplo), os que moram e trabalham no lugar, os que passeiam etc. Essa heterogeneidade se expressa também nas maneiras de se apropriarem, uns e outros, dos bens materiais e simbólicos das localidades (ou territórios). Essa apropriação depende não apenas do capital econômico, cultural e social de cada indivíduo, mas também de sua posição nas redes sociais locais.

As transformações provocadas pela intensificação das trocas entre universos culturais distintos (*grosso modo*, os “urbanos” e os “rurais”) não resultam, necessariamente, na descaracterização de um sistema cultural e social, tido como “original” ou “autêntico”, sobretudo por aqueles que vão à busca de uma autenticidade. Mudanças nos hábitos, na maneira de se relacionar com os outros e com a natureza, e na percepção do mundo, se expressam de maneira irregular e diversificada, segundo os interesses e a posição social dos atores, o que não implica, necessariamente, uma ruptura decisiva no tempo nem no espaço.

As novas experiências engendradas por esse processo se nutrem de uma diversidade social e cultural que, por sua vez, alimenta as trocas, enriquecendo os bens (culturais e simbólicos) e ampliando a rede de relações sociais. Portanto, a heterogeneidade social, ainda que produza uma situação de tensão, é também responsável pelo enriquecimento do tecido social das localidades, sem que isso resulte, necessariamente, em uma descaracterização da identidade cultural local. Ao contrário, a diversidade pode atuar no sentido de consolidar as identidades dos grupos ao possibilitar uma consciência de si na relação com o outro, o que pode contribuir igualmente para a definição de uma identidade urbana no interior de uma localidade tida como rural e vice-versa. Seria mais adequado falarmos em um processo de reestruturação dos sistemas sociais a partir da incorporação de novos elementos econômicos, culturais e sociais que engendram relações mais ou menos conflituosas e ambíguas.

Por outro lado, reforçando a idéia da existência de uma gama complexa de relações sociais nessas localidades, cabe direcionar o foco de análise também para o papel dos neo-rurais no estímulo à sociabilidade e à criação de laços de solidariedade, através da implementação de projetos coletivos, criação de associações e grupos diversos. Como sugere Kayser, trata-se de saber até que ponto são eles “portadores de um projeto para a ruralidade que poderia, pela primeira vez, fazer desse novo mundo rural um lugar de inovação social” (2000).

Como vemos, torna-se cada vez mais difícil pensar na noção de rural para qualificar um espaço ou a dinâmica das relações sociais num espaço. No entanto, essa dificuldade não nos parece estar presente na noção de localidade, já que esta não denota unicamente uma experiência espacial como definidora de um universo de relações sociais específicas. Em outros termos, a noção de localidade não define a natureza rural ou urbana de um grupo ou de suas práticas.

Como já sugerimos, a noção de localidade não se traduz simplesmente por um espaço fisicamente delimitado e socialmente ocupado. Ela seria útil justamente porque supõe um espaço que é tido, por aqueles que o ocupam, como uma referência e como uma base física de um conjunto de relações sociais diversificadas (de trocas, de sociabilidade, de solidariedade, de disputas e de conflitos) que dão sentido à existência de seus habitantes, isto é, lhes dão uma referência identitária. Estamos diante, portanto, do processo de construção das múltiplas identidades que conformam o indivíduo na sociedade contemporânea.

A partir dessas considerações, propomos, como procedimento metodológico para compreender a complexidade do processo de decomposição e recomposição de universos sociais e culturais, em primeiro lugar, identificar a lógica da conformação desses universos valendo-se da observação (e da análise) dos interesses em jogo e das relações de força entre os atores sociais. Tal procedimento significa orientar o sentido da análise para os agentes desse processo e não para um espaço reificado. Nesses termos, sugerimos como hipótese interpretativa que a lógica de existência (ou de permanência) de um grupo social com uma identidade própria, ancorada num sentimento de pertencimento a uma localidade dada – identidade materializada na relação com um espaço e com um conjunto de símbolos culturais –, repousa na possibilidade de se estabelecer relações de alteridade com “os de fora”, mesmo que esses residam e interajam em um mesmo território. Essa relação de alteridade, no entanto, não se produz em toda e qualquer circunstância. Ela depende da vitalidade do

tecido social, de sua possibilidade de se reconhecer, de alguma forma, como único e específico.

Essa abordagem nos proverá de instrumentos para identificar os territórios que são delimitados uns dentro de outros, cujas fronteiras se cruzam e se deslocam conforme a dinâmica de reocupação dessas áreas por novos atores sociais. As fronteiras entre os territórios são, nesse sentido, móveis e podem até mesmo ser deslocadas de uma espacialidade física. Isso quer dizer que os indivíduos podem expressar o seu vínculo com um determinado território (sua identidade territorial), mesmo estando fora desse território. É o caso da manifestação de práticas culturais entendidas como rurais em espaços definidos como urbanos e vice-versa.

Finalmente, esse conjunto de reflexões nos leva a pensar a ruralidade como um processo dinâmico em constante reestruturação dos elementos da cultura local, mediante a incorporação de novos valores, hábitos e técnicas. Tal processo implica um movimento em duas direções, nas quais se identificam, de um lado, a reapropriação dos elementos da cultura local a partir de uma releitura possibilitada pela emergência de novos códigos e, de outro, a apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural, produzindo, assim, uma situação que pode contribuir para alimentar a sociabilidade e reforçar os laços com a localidade. Desse encontro podem surgir também expressões culturais singulares que representariam a síntese ou a combinação de universos culturais distintos, mas que sustentam noções de espaço e de tempo sociais diferentes um do outro.

Nessa direção, situam-se as associações e grupos que reúnem pessoas de diferentes matizes sociais em torno de objetivos específicos que são, ao mesmo tempo, fim e meio de suporte de relações de trocas as mais variadas. Isso quer dizer que o objetivo e a motivação do grupo são, muitas vezes, tão importantes quanto a sociabilidade que ele promove.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AURIAC, F.; BRUNET, R. *Espaces, jeux et enjeux*. Paris: Fondation Diderot, Fayard, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. A propos de la famille comme catégorie réalisée. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris: EHESS, n. 100, 1993.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos*. Conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1995.
- CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ, n. 11, 1998.
- CHAMBOREDON, Jean-Claude. Les usages urbains de l'espace rural: du moyen de production au lieu de récreation. *Revue Française de Sociologie*, Paris, n. XXI, 1980.
- CHAMPAGNE, Patrik. La fête au village. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris: EHESS, n. 17-18, 1977.
- DA MATTA, Roberto. *A casa & a rua*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DEL GROSSI, Mauro et al. *O fim do êxodo rural*, 2002. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/projetos>>.
- DE PAULA, Silvana Gonçalves. *O campo na cidade: esportes country e ruralidade estetizada*. 1999. Tese (Doutorado) – IUPERJ, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. Natureza, ruralidade e experiência urbana. In: MOREIRA, R. J. (Org.). *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A; Brasília: Nead, 2005.
- GIORDANO, Christian. La ruralité comme phénomène culturel. *Recherches Sociologiques*, Louvain, v. XX, n. 3, 1989.
- GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. In: *Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Aracaju: Sober, 1996, v. 2, p. 71-90.
- HERVIEU, Bertrand. *Les agriculteurs*. Paris: PUF, 1996.
- \_\_\_\_\_. HERVIEU, Bertrand; VIRAD, Jean. *L'archipel paysan*. Paris: Aube, 2001.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. [1936] *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1984.

IBGE. *Contagem da população de 1996*, 2 v. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

JOLLIVET, Marcel. [1997] Vers une ruralité postindustrielle. In: *Pour une science sociale à travers champs*. Paris: Arguments, 2001.

JOLLIVET, Marcel; EIZNER, Nicole (Orgs.). *L'Europe et ses campagnes*. Paris: Presses des Sciences Politiques, 1996.

KAYSER, Bernard. *La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris: Armand Colin, 1990.

\_\_\_\_\_. *Naissance de nouvelles campagnes*. Paris: Aube, 1996.

\_\_\_\_\_. L'intégration de la ruralité. Les campagnes françaises au XXI<sup>ème</sup> siècle. *Économie Rurale*, Paris, n. 257, 2000.

LACASSE, Odete. Les rapports urbains—ruraux et la construction de la modernité. *Recherches Sociographiques*, Quebec: Laval, v. XL, n. 3, 1989.

MARSDEN, Terry. Beyond agriculture: regulating the new rural spaces. *Journal of Rural Studies*, Oxford, v. 11, n. 3, 1995.

MARTINS, José de Souza (Org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.

\_\_\_\_\_. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n. 15, 2000.

MENDRAS, Henri. *La fin des paysans*. Paris: Colin, 1976.

MOREIRA, Roberto José. *Agricultura familiar*. Processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro: Mauad, Seropédica, CPDA/UFRRJ, 1999.

\_\_\_\_\_. (Org.) *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A; Brasília: Nead, 2005.

MORMONT, Marc. Vers une redéfinition du rural. *Recherches Sociologiques*, Louvain, v. XX, n. 3, 1989.

\_\_\_\_\_. Le rural comme catégorie de lecture du social. In: JOLLIVET, M.; EIZNER, N. (Orgs.). *L'Europe et ses campagnes*. Paris: Presses des Sciences Politiques, 1996.

OCDE – ORGANISATION DE COOPERATION ET DE DEVELOPPEMENT ÉCONOMIQUES. *Indicateurs territoriaux de l'emploi: le point sur le développement rural*. Paris: OCDE, 1996.

RAFFESTIN, Claude. Écogénèse territoriale et territorialité. In: AURIAC, F.; BRUNET, R. *Espaces, jeux et enjeux*. Paris: Fondation Diderot, Fayard, 1986.

REDFIELD, Robert. The social organization of tradition. In: *The little community and peasant society and culture*. Chicago: Midway Reprint, 1984.

RÉMY, Jean. Pour une sociologie du rural ou le statut de l'espace dans la formation des acteurs sociaux. *Recherches Sociologiques*, Louvain, v. XX, n. 3, 1989.

SARRACENO, Elena. Alternative readings of spatial differentiation: the rural *versus* the local economy approach in Italy. *European Review of Agricultural Economic*, Oxford, n. 21, 1994.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C. J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.

TEIXEIRA, Vanessa Lopes. *Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do estado do Rio de Janeiro*. 1998. Dissertação (Mestrado) – Seropédica, CPDA/UFRRJ.

VEIGA, José Eli da. Destinos da ruralidade no processo de globalização. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 51, 2004.

\_\_\_\_\_. Nascimento de outra ruralidade. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 57, p. 333-353, 2006.

WANDERLEY, Maria Nazareth. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n. 15, 2000.

\_\_\_\_\_. Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural: estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. In: LOPES, Eliano Sérgio Azevedo; MOTA, Dalva Maria da; SILVA, Tânia Elias Magno da. *Ensaio: desenvolvimento rural e transformações na agricultura*. Sergipe: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2002.

---

MARIA JOSÉ TEIXEIRA CARNEIRO - Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. Doutorado em Anthropologie Sociale et Ethnologie - Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (1993). Pós-doutorado na Université Paris X (Nanterre), na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales e na Unicamp (I.E.). Atualmente é Professora Associada do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.